



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-5 – Política e Economia da Informação

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO E A INFORMAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ELECTRONIC OFFICIAL DIARY AND MUNICIPAL PUBLIC INFORMATION

Jaqueline Silva de Souza – Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

José Carlos Sales dos Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Maria Teresa Navarro de Britto Matos – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os Diários Oficiais Eletrônicos representam veículos de comunicação orientados à divulgação de atos elaborados pelas administrações públicas. A publicidade dos referidos atos administrativos constitui o *modus operandi* da transparência e propõe alcançar a sociedade com informações essenciais elaboradas pela máquina pública. A considerar prerrogativas da transparência pública, como estão sendo disponibilizados os Diários Oficiais Eletrônicos das Prefeituras dos Municípios da Bahia, com mais de 100 mil habitantes? Para responder à pergunta de partida desta pesquisa, o seu objetivo foi avaliar a forma de disponibilização dos Diários Oficiais Eletrônicos das Prefeituras dos Municípios da Bahia, com mais de 100 mil habitantes. Para cumprir esse objetivo, delinear-se os procedimentos metodológicos com método de procedimento monográfico (estudo de casos múltiplos), nível descritivo e com técnicas e instrumentos de coleta de dados engendrados em formulários pautados nos objetivos de investigação e no referencial teórico. A amostra correspondeu a 17 (dezessete) municípios com mais de 100 mil habitantes do Estado da Bahia. Os resultados revelaram que as informações públicas digitais dos municipais, estão sendo administradas por empresas privadas que não apresentam elementos de preservação discutidos pela Ciência da Informação, evidenciando, assim, um risco à integridade e à transparência dos documentos produzidos em formato eletrônico. As considerações finais autorizaram endossar que as prefeituras ainda não consideram relevantes a conservação e a preservação dos DOE, orientados à recuperação de informação em tempos específicos.

Palavras-Chave: diários oficiais eletrônicos; informação pública digital; prefeituras municipais do estado da Bahia.

Abstract: The Electronic Official Journals represent communication vehicles oriented to the disclosure of acts prepared by public administrations. The publicity of these administrative acts constitutes the *modus operandi* of transparency and aims to reach society with essential information prepared by the public machine. Considering the prerogatives of public transparency, how are the Electronic Official Journals of the Municipalities of Bahia, with more than 100 thousand inhabitants, being made available? To answer the starting question of this research, its objective was to evaluate how the Electronic Official Journals of the Municipalities of Bahia, with more than 100 thousand inhabitants, are being made available. To fulfill this objective, the methodological procedures were delineated with a monographic procedure method (multiple case study), descriptive level and with techniques and

instruments of data collection engendered in forms based on the investigation objectives and the theoretical referential. The sample corresponded to 17 (seventeen) municipalities with more than 100 thousand inhabitants in the State of Bahia. The results revealed that the digital public information of the municipalities, are being managed by private companies that do not present preservation elements discussed by the Information Science, thus evidencing a risk to the integrity and transparency of the documents produced in electronic format. The final considerations authorized endorsing that municipalities still do not consider relevant the conservation and preservation of DOE, oriented to the retrieval of information in specific times.

Keywords: electronic official gazette; digital public information; municipalities of the state of Bahia.

1 INTRODUÇÃO

O Diário Oficial (DO) é veículo de comunicação criado pela administração pública dos poderes executivo (federal, estadual, municipal e do Distrito Federal), legislativo e judiciário com a finalidade de tornar público os atos oficiais das respectivas administrações. O seu primeiro número circulou em 01 de outubro de 1862, divulgando os atos legais.

A publicidade dos atos oficiais nos DO caracteriza-os como um instrumento essencial de transparência pública. Neste sentido, destaca-se a Constituição de 1988 que estabelece a publicidade como uns dos princípios da Administração Pública. O administrador público deve informar seus atos oficiais, nas esferas direta e indireta, nos diferentes poderes e na esfera de atuação de todos os entes federativos, sob pena de, assim não fazendo, responderem por crime de responsabilidade.

A forma de publicação tradicional, do DO era em meio físico, suporte papel, impresso. Com a evolução das tecnologias digitais, diversos procedimentos administrativos forma alinhados, beneficiados pela devida agilidade e economia do uso de novos recursos. Através do Decreto n. 9215 de 29 de novembro de 2017 o Diário Oficial da União (DOU) tornou-se exclusivamente eletrônico.

O Diário Oficial eletrônico (DOE) surgiu com advento da internet, com a perspectiva de levar informações à sociedade, fazendo com que mais pessoas tenham acesso as informações públicas, fato que era exclusivo de poucas pessoas, que iam presencialmente pesquisar informações do documento que era em suporte papel nas suas entidades produtoras. Atendendo assim, a prerrogativa da Lei de acesso à informação (LAI) que institui o acesso à informação pública.

Contudo, a disponibilidade em meio eletrônico dos diários DO no âmbito dos Municípios ainda não garante ao cidadão total acesso a este tipo de informação, como se discute no decorrer do presente estudo.

Antes de apresentar esta pesquisa, descrevendo os seus objetivos e a metodologia, utilizada para a sua concretização, faz-se necessário apresentar os fatos que motivaram o seu desenvolvimento. Empresas privadas estão sendo terceirizadas por Prefeituras Municipais (PM) para realização do serviço de imprensa oficial e essas oferecem *softwares* que permitem a divulgação e disponibilização das edições dos diários oficiais das PM na internet. Isso ocorre, a maioria das vezes, pois algumas Prefeituras não possuem infraestrutura tecnológica e assim contrataram o serviço de publicação do DOE e enviam as informações para serem publicadas através de sistemas de remessas eletrônicas de documentos e através de softwares que formatam, diagramam e publicam os DOE na web.

Na maioria das vezes, a cada mudança de gestão, o contrato desse serviço é substituído por outro de uma nova empresa. Fato que contribui para dificultar o acesso às informações públicas, pois os DOE ficam dispersos na rede e o cidadão, o maior interessado, não consegue encontrá-los.

A exemplo da Prefeitura Municipal de Ilhéus – Bahia (BA), na gestão do Prefeito Newton Lima Silvado, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no período de 2009 a 2012. Efetivou contrato para realizar o serviço de publicação do DOE com o Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), porém atualmente, os DOE publicados na referida gestão não estão mais disponíveis na rede, pois o contrato com o Instituto foi finalizado. O que motivou a busca do DOE desse período, foi localizar o Edital do concurso n.1/2011 realizado pela referida Prefeitura. A partir da não localização do DOE do período supracitado, surgiu a motivação para o desenvolvimento da pesquisa em apreço.

Assim, foi possível formular a seguinte questão de pesquisa: Como estão sendo disponibilizados os DOE das Prefeituras dos Municípios da Bahia, com mais de 100 mil habitantes?

O objetivo geral da pesquisa se constitui em avaliar a forma de disponibilização dos DOE das Prefeituras dos Municípios da Bahia, com mais de 100 mil habitantes.

Amostra da pesquisa constitui-se em 17 (dezesete) municípios com mais de 100 mil habitantes do Estado da Bahia, seguindo as indicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020. A escolha foi baseada considerando a diversidade política, social e econômica de cada município para garantir a representatividade dos 417 municípios que compõem o território Estado da Bahia.

Para tanto, empreendeu em uma pesquisa descritiva GIL (2008), utilizando-se o método de procedimento de pesquisa monográfico (estudo de caso), com correspondência ao *survey* (levantamento) de natureza qualitativa. A escolha do objeto foi o estudo de caso múltiplos, com a técnica de coleta de dados por pesquisa documental e bibliográfica. O formulário foi utilizado como instrumento de pesquisa, e na análise dos dados foi realizada através da técnica de usabilidade com avaliação analítica por *checklist*.

A investigação encontra-se estruturada nesse artigo nas seguintes seções: a primeira composta por essa “*Introdução*” que reúne pressupostos que conduziram a formulação do problema de pesquisa, os objetivos e a revisão de literatura. Além de um panorama preliminar da metodologia utilizada, bem como da estruturação do trabalho. A segunda seção “*Procedimentos Metodológicos*” descreve a metodologia aplicada à pesquisa em apreço, destacando o universo, a amostra, os procedimentos e técnicas que balizaram a coleta e análise de dados. E apresenta os resultados, dos dados coletados e através da análise desses, diagnosticamos que os gestores municipais tentam cumprir o que estabelecem as leis, porém contratam empresas privadas para publicizar seus documentos oficiais. Porém, após findar o contrato, estas não têm a responsabilidade de preservá-los na rede, dificultando assim o acesso à informação pública. A terceira e última seção “*Considerações Finais*” afirmam que as PM ainda não priorizam a preservação dos documentos públicos digitais, colocando em risco o patrimônio arquivístico municipal que é o registro da memória da sociedade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à pergunta: “Como estão sendo disponibilizados os DOE das Prefeituras dos Municípios da Bahia, com mais de 100 mil habitantes?”

Foram recuperadas categorias metodológicas que asseguraram no percurso da pesquisa. Desta forma, o método de procedimento assumido na presente investigação constituiu o estudo de caso (monográfico) com correspondências ao *survey* (levantamento) e a pesquisa documental, que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, instituições, condições, grupos ou comunidades.

De acordo com Yin (2010, p. 19), “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos da vida real”.

Quanto aos seus objetivos Gil (2008), é uma pesquisa de nível descritivo. Isto porque, visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dado - observação sistemática.

Com o nível descritivo, de caráter qualitativo a pesquisa permitiu o detalhamento de todos os pontos importantes.

Amostra da pesquisa se constitui dos Diários Oficiais Eletrônicos das Prefeituras do Estado da Bahia situadas em municípios com mais de 100 mil habitantes, identificados pelo IBGE (2020). Os municípios caracterizados com este quantitativo populacional são 17, a seguir nominados: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, Ilhéus, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras Alagoinhas, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso, Eunápolis, Santo Antônio de Jesus. Vale registrar que se optou em concentrar as observações dos DOE no período de coleta dos dados que foi no ano de 2020, nas duas gestões de Prefeitos, nos períodos de 2009 a 2012 e de 2013 a 2016. A usabilidade foi à técnica utilizada na avaliação dos websites pesquisados, com a avaliação analítica por *checklist*. Nielson (2000), adotou o termo usabilidade como categoria para agrupar requisitos como: clareza na arquitetura das informações, facilidade de navegação, simplicidade e conteúdo relevante. Segundo o autor, existem cinco atributos da usabilidade: ser fácil de aprender; ser eficiente; ser fácil de ser lembrado; ter poucos erros; gerar satisfação.

Cybis (2007) destaca a técnica de avaliação preditiva/analítica. Que não necessita da participação do usuário. Referente essa técnica utilizamos a avaliação por *Checklist* se baseia em listas de verificação, por meio das quais diagnostica-se de forma rápida.

O trabalho foi desenvolvido em três etapas principais, as quais são descritas a seguir:

ETAPA I – ESCOLHA DA AVALIAÇÃO

1- Revisão bibliográfica e a escolha do tipo de avaliação de usabilidade em *Websites*. A avaliação escolhida foi a de usabilidade preditiva/analítica. A técnica utilizada foi à avaliação via *checklist*.

2- Coleta:

a) pesquisa bibliográfica; b) identificação das fontes que tratam dos assuntos da Ciência da Informação, Informação, Documentos, Documentos Eletrônicos, Legislação, Metodologia. Através de pesquisas em livros, artigos, teses impressas e digitais. Além dos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENACIB), Periódicos da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Repositórios Institucionais, Periódicos em Ciência da Informação publicadas no Brasil (BRAPCI), buscador Google acadêmico (*Scholar*) dentre outros; c) identificação e caracterização dos Municipais do Estado da Bahia com mais de 100 mil habitantes através de pesquisa realizada no *site*¹ da União dos Municípios da Bahia e do IBGE²; d) Localização dos websites das prefeituras, através do site da União dos Municípios da Bahia; g) identificação dos *websites* quem hospedagem os DOE através dos *sites* das referidas PM.

ETAPA II – FORMULÁRIOS

Montagem do formulário da técnica de avaliação via *checklist*: usando o programa Microsoft *Excel*.

a) Pesquisa dos endereços dos *websites* onde os DOE estão hospedados, nas gestões municipais dos períodos de 2009-2012 e 2013-2016, essa coleta foi realiza no ano de 2020. b) Identificação das PM que terceirizam a publicação do DOE, ou se possuem diário próprio. Nas gestões municipais dos períodos de 2009-2012 e 2013-2016.

ETAPA III– ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nessa etapa a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Segundo Bardin (2009, p. 15): está é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, com a riqueza manifesta no momento da coleta. a) Inserção dos dados coletados em planilha do *Excel*. Tabulação dos dados; b) Apresentação dos resultados.

3 RESULTADOS

ETAPA I – ESCOLHA DA AVALIAÇÃO

a) Pesquisa bibliográfica; b) identificação das fontes de informação; c) identificação e caracterização dos Municipais do Estado da Bahia com mais de 100 mil habitantes e mapeamento dos *website* das PM, através do *site* da União dos Municípios da Bahia; d) identificação dos *websites* que hospedam os DOE das referidas PM.

¹ <http://www.upb.org.br/>

² <https://www.ibge.gov.br/>

ETAPA II – FORMULÁRIOS

Construídos no programa Microsoft *Excel*, para organizar as informações coletadas do DOE das referidas PM apresentadas nos resultados.

Pesquisa dos endereços dos *websites* onde os DOE estão hospedados, nas gestões municipais dos períodos de 2009-2012 e 2013-2016.

Durante a pesquisa identificamos as empresas que realizam a publicação do DOE, das referidas PM, seguem:

Associação Transparência Municipal (ATM)³

A Associação Transparência Municipal, encontra-se sediada em Salvador-BA no endereço: Rua Fernando Menezes de Góes, 397 Edifício Empresarial Lucílio Cobas, nº 203, Pituba.

Sua missão é fortalecer a capacidade institucional das administrações municipais brasileiras, através do estudo de convenções internacionais, e leis, decretos e outros atos normativos brasileiros sobre transparência, e desenvolvimento de métodos, processos e sistemas que auxiliam a Administração Pública e as empresas que fornecem para a Administração Pública cumprir suas obrigações legais de transparência. Atualmente essa associação não está mais em funcionamento. Mas, o seu *website* com as informações dos DOE ainda se encontram disponíveis na internet para consulta.

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Municipal (IBDM)⁴

O IBDM encontra-se sediada em Salvador-BA, no endereço: Av. Tancredo Neves, 274. Centro Empresarial Iguatemi bloco A sala 820. Caminhos das árvores.

Sem fins lucrativos, apartidário, não confessional, com duração indeterminada, com atuação em todo território brasileiro. Visa o desenvolvimento dos municípios brasileiros, bem como, estimula a pesquisa para que haja modernização e transparência das administrações públicas, seu principal objetivo é assessorar a criação de programas e sistemas voltados para o desenvolvimento e modernização institucional para que assegure a Administração Pública o cumprimento de todas as suas obrigações constitucionais, visando, desta maneira, o desenvolvimento municipal, podendo contratar em caráter contínuo.

³ <http://atmtec.org.br/>

⁴ <http://www.ibdm.org.br/>

Atualmente essa associação não está mais em funcionamento. Mas, o seu website com as informações dos DOE permanecem disponíveis na internet para consulta.

Esse Instituto encontra-se ativo. Porém, com a finalização dos contratos com as PM não mais disponibiliza informações dos DOE no seu *website* e não registra comunicados sobre essa exclusão.

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP)⁵

O IMAP encontra-se sediada em Salvador-BA, Av. Tancredo Neves, 2539,ed. CEO Salvador Shopping, Torre Nova Iorque, sala 2001, Caminho das Árvores, E possui filiais nas cidades de Aracaju SE, Fortaleza-CE e João Pessoa-PB.

Associação civil sem fins lucrativos, criada em 2001. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento institucional dos municípios. Seu papel é oferecer ferramentas de atuação, seja através de inovações tecnológicas, pesquisa e capacitação para o fortalecimento da autonomia e eficiência da gestão municipal.

Esse Instituto encontra-se ativo. Porém, com a finalização dos contratos com as PM não mais disponibiliza informações dos DOE no seu *website*. Porém eles comunicação o período do contrato da PM e que essa não mais possui contato o instituto.

ETAPA III– ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Inserção dos dados coletados em planilha do *excel*. Tabulação dos dados;

Apresentação dos resultados.

Apresenta a quantificação dos DOE, no período de 2009 a 2016, referente a duas gestões municipais de Prefeitos dos municípios com mais de 100 mil habitantes no Estado da Bahia. Identificando assim se os DOE, neste período, são disponibilizados por empresas terceirizadas, ou são disponibilizados pela própria PM, chamados de Diário Próprio. Identificamos também a não disponibilização dos DOE na internet.

Tabela 1: Tabulação dos DOE das PM da Bahia com mais de 100 mil habitantes , no período de 2009 a 2016

Empresas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ATM	8	6	7	7	3	2	1	1

⁵ <http://www.imap.org.br/instituto>.

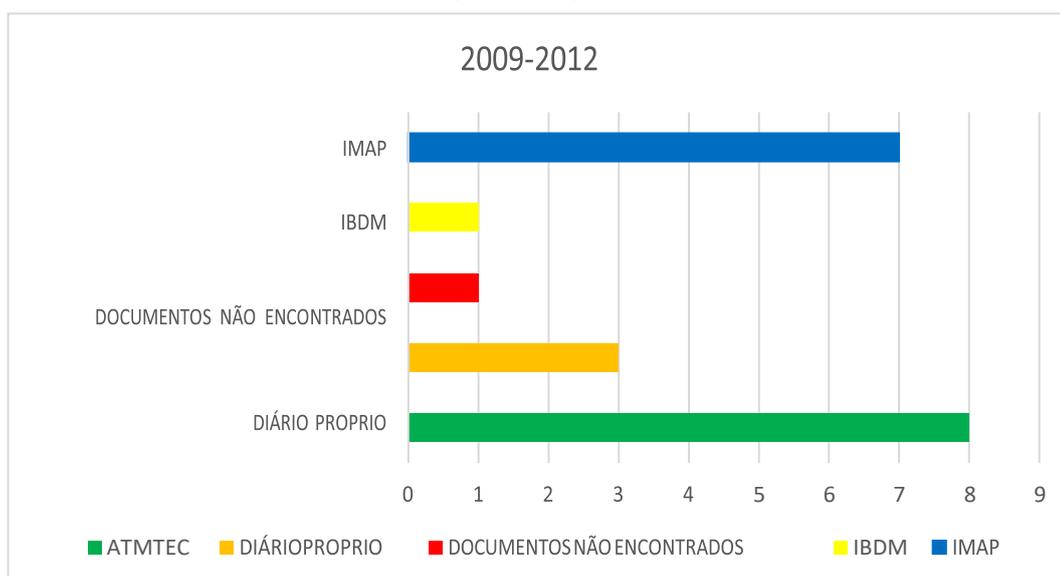
XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB 2021

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

Diário Próprio	3	3	3	3	3	3	5	7
IBDM	0	0	1	1	2	1	2	2
IMAP	5	7	6	6	9	9	9	7
Não Encontrado	1	1	0	0	0	2	0	0
Total	17	17	17	17	17	17	17	17

Fonte: Elaborada pelos autores.

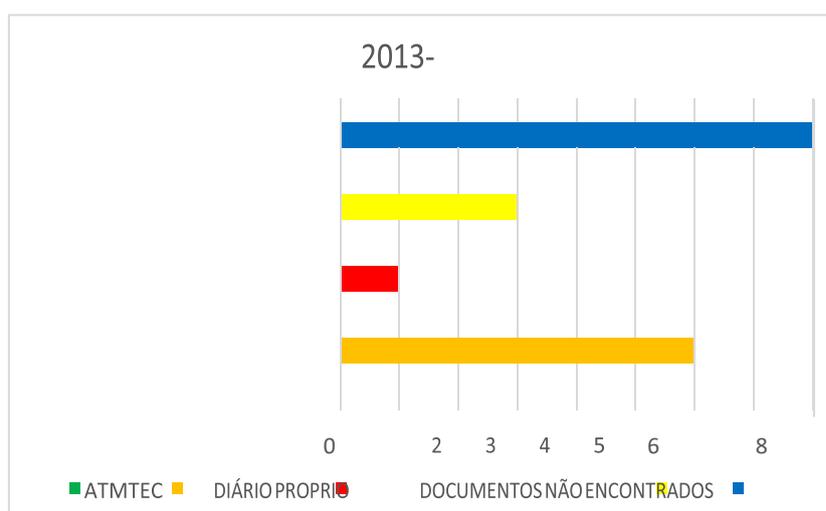
Gráfico 1: Análise da Disponibilização do DOE entre 2009 e 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

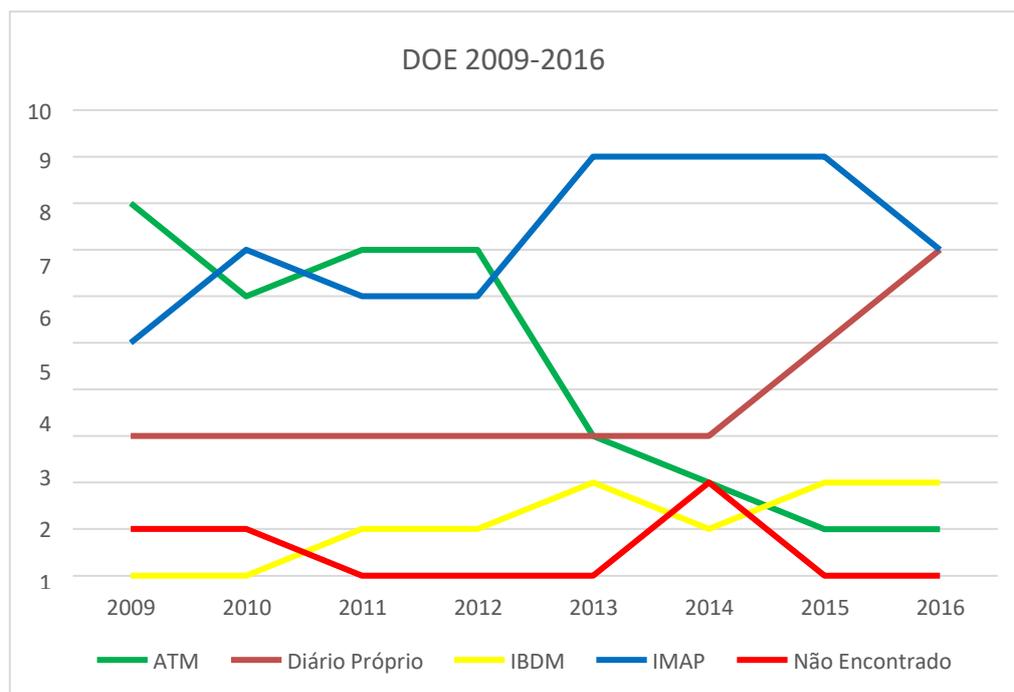
O Gráfico 1 evidencia como os DOE estão custodiados por empresas terceirizadas. A empresa ATM e IMAP, nesse período, prestaram serviço para a maioria das PM. Apenas três PM possuíam diário próprio são elas: Salvador, Camaçari e Barreiras

Gráfico 2: Análise da Disponibilização do DOE entre 2013 a 2016



O Gráfico 2 identifica um crescimento positivo em relação as PM realizarem a gestão do seu próprio DOE, nesse período. Porém as empresas IMAP e IBDM, tiveram um crescimento dos contratos. Ao contrário da ATM que perdeu muitos contratos.

Gráfico 3: Análise da Disponibilização do DOE entre 2009 a 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3, apresenta um resumo dos progressos e regressos das empresas terceirizadas, que disponibilizam o DOE, bem como dos chamados Diário Próprio disponibilizados pela própria PM. Apresenta também a não disponibilização dos DOE na internet, no período de 2009 a 2016.

Durante o período pesquisado identificamos que das 17 (dezessete) PM da nossa amostra, 12 (doze) PM realizaram mudança das empresas contratadas para publicar o DOE. Dessa forma, indicamos que os gestores terceirizam a gestão das publicações do DOE.

Vale ressaltar que das empresas referenciadas nesta pesquisa, apenas ATM mantém o DOE ativo das gestões antigas no seu website, após finalizar o contrato. Ao contrário do IBDM que retira o site da rede e o do IMAP, que faz um breve informativo no link que era hospedado o DOE, avisando sobre o final contrato com a PM. Assim, o cidadão que é o maior interessado nas informações públicas não mais tem acesso a esses documentos, que possuem

informações públicas importantes. A exemplo da nomeação do candidato aprovado em concurso público que é publicada através do DOE. E ao se torna servidor, durante sua vida profissional, são confeccionados vários documentos como portaria de licença, de mudança de cargo, ou exoneração que são publicados neste veículo de comunicação. Esse poderá enfrentar dificuldades para solicitar a sua aposentadoria, pois não conseguirá encontrar os documentos para comprovação do tempo de serviço orientados à averbação, pela constante mudanças das empresas terceirizadas que realizam a gestão das publicações do DOE municipais.

Com a chegada das novas tecnologias de informação e comunicação os gestores acham que estão mais seguros com a documentação eletrônica, não percebendo que essa também necessita de gestão documental, para assim assegurar a sua recuperação em uma futura busca.

Em virtude dos fatos mencionados podemos afirmar que se não for realizada a gestão da documentação eletrônica, teremos os mesmos problemas de agora no futuro.

Seguem as figuras dos websites dos DOE de prefeituras que não conseguimos encontrar o DOE, devido ao fim do contrato.

Figura 1: Site do Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Feira de Santana–BA, no período de 2011 a 2012. Contratado o IBDM



Fonte: http://www.doem.org.br/doem/form.jsp?sys=DOE&action=openform&formID=34&align=0&mode=-1&goto=-1&filter=doe_entidades.ent_codigo=268&scrolling=yes. Acesso em 27/09/2017 e Acesso em 26/05/2021.

Figura 2: Site do Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Ilhéus – BA, no período de 2009 a 2012. Contratado o IMAP



Fonte: <http://www.diariooficial.org.br/sitefora/index.cfm?varCodigo=327>. Acesso em 26/05/2021.

Figura 3: Site do Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Jequié – BA, no período de 2009 a 2016. Contratado o IMAP



Fonte: <http://www.diariooficial.org.br/sitefora/index.cfm?varCodigo=425>. Acesso em 26/05/2021.

Figura 4: Site do Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas – BA, no período de 2009 a 2010. Contratado o IMAP



Fonte: <http://www.diariooficial.org.br/sitefora/index.cfm?varCodigo=775>. Acesso em 26/05/2021.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou avaliar a forma de disponibilização dos Diários Oficiais Eletrônicos das Prefeituras dos Municípios da Bahia, com mais de 100 mil habitantes. Para alcançar este objetivo, procurou-se: identificar os *sites* das Prefeituras e os que disponibilizam o DOE para a consecução de conteúdos informacionais públicos. O referencial teórico proporcionou subsídios indispensáveis para responder a este objetivo e, como resultado, à pergunta de partida.

A partir da pesquisa realizada a acerca dos DOE, constatou-se que as informações públicas municipais registradas em formato eletrônico, em especial os das Prefeituras do Estado da Bahia, estão sendo organizadas e disponibilizadas na internet por empresas privadas que não possuem o compromisso de preservá-las, colocando em risco a integridade e a transparência dos seus atos oficiais. Torna-se então necessário pensar na conservação e preservação dos DOE para a recuperação da informação dos documentos arquivísticos digitais a longo prazo.

De acordo com a LAI, a esfera pública tem a obrigação de assegurar o acesso à informação pública para os cidadãos quando necessitem, garantindo assim a participação da sociedade na realização do controle social que assegura as Instituições públicas a atenderem, de fato, às necessidades prioritárias dos cidadãos, que são fiscalizadores da aplicação dos recursos públicos. A participação ampla da sociedade no controle social fortalece as políticas públicas, tornando-as mais adequadas às necessidades da coletividade e ao interesse público.

Os argumentos defendidos nesta pesquisa correspondem, primordialmente, ao acesso à informação pública através dos DOE, assistida pelo marco técnico e referencial, para aprofundar a compreensão e os possíveis desníveis discursivos acerca destas dimensões do direito ao acesso à informação.

A internet constitui um instrumento que proporciona aos cidadãos o acesso aos conteúdos informacionais. Durante a presente pesquisa foram avaliados os DOE das PM do Estado da Bahia com mais de 100 mil habitantes, nas gestões do período de 2009 a 2016 e a análise identificou que os DOE não são disponibilizados em apenas um *sítio* da internet, mas em vários *sites* que não correspondem aos das PM. São *websites* de empresas privadas que realizam as publicações dos DOE, porém quando é finalizado o contrato os documentos não são mais disponibilizados pelos *websites* das empresas e nem pelos *sites* das prefeituras, eles desaparecem da internet. Percebe-se então a irrelevância no método de tratamento dos

documentos públicos eletrônicos digitais. É notório que as PM estão preocupadas em apenas realizar a divulgação dos seus atos oficiais e suas prestações de contas para atenderem, uma parte, das respectivas leis. Porém não há preocupação com a conservação, preservação e com a futura recuperação da informação pública, que é veículo da ação do governo, por testemunha as relações deste com a comunidade a que serve e por provarem direitos e suas raízes históricas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.

Informações municipais. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=266.

Acesso em: 27 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>. Acesso em: 22

maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19

maio 2021.

BRASIL. **Decreto 9.215 de 29 de novembro de 2017.** Dispõe sobre as normas gerais a serem

seguidas na publicação do Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2017. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/norma/26302110/publicacao/26302119>. Acesso em: 18 maio

2021.

BRASIL. **Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da

Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e

dá outras providências. Brasília-DF, 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. **Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto

no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição

Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de

maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras

providências. Brasília-DF, 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 18

maio 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo:

Makron Books, 2007.

CYBIS, W. **Ergonomia e usabilidade**: conhecimentos, métodos e aplicações. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

NIELSEN, J. LORANGER, H. **Usabilidade na Web**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 406 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.